

RESUMO

Recuperar memórias e histórias da atividade baleeira na Paraíba e realizar um estudo paralelo sobre a trajetória econômica, social e ambiental de Lucena se revestem de grande importância uma vez que a caça às baleias, maiores mamíferos da terra, se constituiu por várias décadas no maior empreendimento econômico do litoral norte paraibano, com efeitos ecológicos mais amplos que puderam historicamente ser constatados com a redução gradativa dos estoques de algumas espécies que procuravam as águas do litoral paraibano para acasalamento. A diminuição dos estoques é atribuída pelos ambientalistas à forma intensa e predatória como esses animais foram caçados por quase cem anos na costa paraibana. Em 1987 através da Lei Federal 7.643/87 a caça à baleia foi proibida no Brasil. A partir de então, a atividade foi desestruturada em Lucena, lançando dezenas de pais de família ao desemprego. Na época, várias alternativas, principalmente oriundas de organismos estatais, foram pensadas, elaboradas e sugeridas para substituir em médio e longo prazo a atividade baleeira que estava sendo desativada na última região brasileira onde esta atividade ainda existia.

Palavras- Chave: História Ambiental, Caça as Baleias, Alternativas Econômicas.

INTRODUÇÃO

A atividade baleeira foi introduzida no Brasil ainda pelos colonizadores ibéricos a partir do início do século XVII, vindo a tornar-se um exercício sob monopólio régio em pouco mais de uma década de exploração (1603-1614). No período colonial, a manutenção e posterior ampliação do negócio ligado a caça à baleia teve, essencialmente, motivação mercantil. A expansão da atividade baleeira no seu início, que se estendeu da Capitania da Bahia à de Santa Catarina, deveu-se à valorização gradativa dos principais derivados dos cetáceos no mercado regional e estrangeiro, especialmente o óleo, que era extraído das grossas camadas de gordura dos animais e atendia uma demanda crescente por nos grandes centros urbanos da época.

Antes de ser introduzida a caça comercial da baleia no Brasil, o principal produto extraído desse cetáceo - o óleo - era obtido pelos habitantes da Colônia apenas quando os mamíferos encalhavam na praia ou na ocasião da importação de Cabo Verde ou da região de Biscaia por intermédio da cidade portuguesa de Viana do Castelo. O “azeite de peixe”, como era comumente conhecido, era usado especialmente como combustível para iluminação pública e para garantir o funcionamento noturno dos

engenhos de cana-de-açúcar. Nesse período em que o petróleo e a eletricidade ainda não haviam se constituído em matrizes energéticas, cidades capitais como Salvador, Rio de Janeiro e Buenos Aires, por exemplo, eram iluminadas com o óleo transformado em combustível processado a partir das baleias capturadas nos oceanos.

Outros produtos derivados das baleias que merecem destaque são a carne, o toucinho, a farinha de ossos e as barbatanas. Esses recursos também eram extraídos, processados e comercializados na Colônia, ou, então, vendidos para outros países, consolidando, para o Estado Metropolitano, essa atividade econômica, durante praticamente todo o período colonial.

A caça à baleia no Brasil Colonial, embora pouco estudada pela historiografia oficial, não passou despercebida de viajantes, cronistas e pensadores que visitaram ou residiram no Brasil da época. Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador, Louis-François de Tollenare e José Bonifácio de Andrada e Silva estão entre aqueles que produziram relatos, histórias e crônicas sobre a caça à baleia, deixando registradas informações sobre a importância, a finalidade e as técnicas utilizadas nesse tipo de extrativismo animal.

Quando não mais se praticava a caça comercial da baleia nas áreas tradicionais (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina), a atividade foi introduzida em 1911 no litoral da Paraíba. Escolheu-se a Praia de Costinha, no município de Lucena, Litoral Norte, para a estruturação do empreendimento. Os animais abatidos no início da atividade eram principalmente das espécies jubarte (*Megaptera novaeangliae*) espartate (*Balaenoptera borealis*), bryde (*Balaenoptera edeni*), azul (*Balaenoptera musculus*) cachalote (*Physeter machocephalus*) e minke (*Balaenoptera bonaerensis*). A exploração desses animais proporcionou a estruturação de uma cadeia produtiva na região que era monopolizada pela Companhia Norte de Pesca do Brasil (COPESBRA), responsável pelo abate, processamento, industrialização e comercialização dos derivados baleeiros.

Das baleias capturadas anualmente no litoral da Paraíba retirava-se o óleo, as barbatanas, a farinha de ossos e a carne *in natura*, esta que passou a se constituir no principal produto de exportação para o mercado japonês. A carne seca também era produzida, mas para o atendimento de uma demanda local e regional.

A caça à baleia no país foi encerrada depois de trezentos e oitenta e quatro anos de atividade. O Governo José Sarney (1985-1990), pressionado por organismos de proteção ambiental e pela opinião pública, proibiu definitivamente a atividade por meio

da Lei Federal 7.683 no ano de 1987. A Lei motivou questionamentos e abriu debates em nível local e nacional em razão de eventuais prejuízos que o fim da atividade baleeira traria para a economia do município de Lucena e para o estado da Paraíba.

Na época da interdição da caça à baleia, várias alternativas, principalmente elaboradas e difundidas por órgãos ligados ao governo estadual e federal, foram sugeridas para substituir esta atividade econômica no município de Lucena. Trabalhos acadêmicos, matérias de jornais, documentos oficiais e notícias veiculadas na imprensa paraibana da época registraram que as alternativas propostas para se evitar o caos social e econômico em Lucena, principalmente o desemprego em massa, estavam pautadas na introdução de projetos agro-industriais na região, no fomento ao turismo, na criação de um pólo de confecções e no incentivo à pesca artesanal e sustentável no município. Contudo, passados mais de vinte anos do fim da atividade baleeira, pouco se sabe acerca dos empreendimentos sociais e econômicos efetivamente implantados em Lucena e sobre a história de vida de dezenas de trabalhadores que viveram da caça à baleia até 1987.

A presente proposta de trabalho é uma investigação sobre a história da atividade baleeira na Paraíba, assim como sobre os problemas sociais, econômicos e ambientais legados ao município de Lucena quando da paralisação dessa atividade econômica no final da década de 1980.

Ao longo dos últimos meses, conseguimos avançar significativamente no projeto de pesquisa proposto para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica - PIBIC (2010-2011). A pesquisa intitulada *Interferência humana e desequilíbrio ecológico: um estudo sobre a história da caça predatória à baleia e a polêmica sobre o descumprimento da moratória atual de 1986* vem sendo desenvolvida em conjunto com dois professores: José Otávio Aguiar, professor da Universidade Federal de Campina Grande e Francisco Henrique Duarte Filho, docente de História do Instituto Federal de Pernambuco.

Como resultado da primeira etapa da pesquisa realizada nos últimos meses, feita nos jornais da capital paraibana da década de 1980, elaboramos um artigo intitulado *A morte como espetáculo: Uma História da promoção Turística da Caça e Esquartejamento de baleias em Lucena – Paraíba*, em fase de conclusão para publicação na Revista Projeto História ou similar.

O trabalho que versou sobre análise de artigos, matérias e entrevistas publicados nos jornais de João Pessoa *O Norte*, *Jornal da Paraíba* e a *União*, foi exaustivo, porém

prazeroso. Antes mesmo de iniciarmos as análises das matérias nos jornais, tivemos que fazer um levantamento da bibliografia que envolvia o problema para um melhor entendimento da temática. Para tanto, visitamos a Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBAMA), na cidade de João Pessoa. Locais onde identificamos material sobre a caça à baleia na Paraíba.

Concluimos, nessa primeira etapa da pesquisa, que até o final da década de 1980, um tipo de turismo singular que se apresenta hoje inaceitável para muitas pessoas, foi explorado no Litoral Norte da Paraíba: tratava-se da então chamada “pesca da baleia”, realizada na Praia de Costinha, município de Lucena, distante cerca de 50 km da capital João Pessoa. O espetáculo da morte e do esquarteramento dos enormes mamíferos marinhos que durou até a proibição da atividade pela Lei 7.643 de 18 de dezembro de 1987, era promovido pelos trabalhadores da Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA) e realizado em plena praia, atraindo curiosos da região, grupos de turistas e até personalidades políticas ao local do abate e do processamento dos cetáceos.

Alguns hotéis de João Pessoa, a exemplo do Hotel Tropical Tambaú, chegavam a incluir no seu roteiro turístico visitas à Praia de Costinha, onde estava instalada a estação baleeira, para que seus hóspedes pudessem ter a oportunidade de presenciar o espetáculo promovido pela empresa nipo-brasileira que monopolizava a então denominada “pesca da baleia”.

Matérias de jornais da época nos forneceram indícios para se retomar e rediscutir a atividade baleeira no Brasil, particularmente na costa da Paraíba, considerando aspectos relacionados às questões éticas, culturais e históricas das práticas humanas com relação aos maus tratos com animais. Os derivados baleeiros, principalmente a carne e o óleo, explorados na costa paraibana serviram para o enriquecimento de um setor empresarial ligado ao capital japonês. Já a morte e o esquarteramento dos animais capturados, eram explorados como espetáculo circense, sendo prestigiado por turistas de várias cidades brasileiras e incentivados por setores da sociedade local e empresarial. Em mãos com os primeiros resultados, que resultou em um artigo para publicação, constatamos que o período submetido a esta pesquisa nos foi de pouco prazo. Pretendemos, em que pese as dificuldades em se adquirir fontes abundantes sobre a temática, uma vez que a historiografia atual não detém o domínio deste tema, ampliar a pesquisa para resultados mais significativos, uma vez que iniciaremos as entrevistas

(metodologia da história oral) com a comunidades remanescente baleeira de Costinha, para conhecer a história da caça à baleia sob a ótica desses protagonistas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Produzir um estudo sobre a história e a memória da atividade baleeira na Paraíba, analisando concomitantemente o debate em torno das questões socioambientais e econômica após a desestruturação dessa atividade no município de Lucena, quando da instituição da Lei 7.643/87 que decretou o fim da exploração desse recurso natural em águas jurisdicionais brasileiras.

Objetivos Específicos

- Recuperar vestígios da memória e da história da atividade baleeira no litoral paraibano, considerando as relações de produção que lhe deram sustentação no passado recente, comparando com o atual contexto da economia municipal e estadual.
- Discutir a natureza dos interesses econômicos, políticos, sociais e ambientais envolvidos na atividade baleeira da época, considerando o papel que assumiram, principalmente através dos meios de comunicação, o movimento ambientalista paraibano, representantes do poder público municipal e estadual e os representantes do capital privado que investiram no município de Lucena durante e após a desativação da atividade baleeira.
- Estudar como famílias de Lucena que viviam da caça à baleia, passados vinte e cinco anos do seu fim, viabilizaram alternativas de sobrevivência material e de renda dentro do próprio Município.
- Apresentar ao poder público diagnóstico social, econômico e ambiental do município, com vistas à adoção de eventuais medidas que possam contribuir para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores remanescentes da atividade baleeira que ainda permanecem em Lucena.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Reflexões sobre a relação história, sociedade e natureza.

Os homens no tempo estabelecem relações de apropriação para com a natureza. Os recursos por ela apresentados à maneira de anteparos são imprescindíveis à

sobrevivência humana, e constituem a base do desenvolvimento socioeconômico e técnico-científico atingido pela sociedade contemporânea.

A história dos historiadores ambientais é, contudo, bem mais recente que a do interesse da disciplina pelas questões que envolvem natureza e cultura. Embora a Antigüidade do interesse pelo tema não seja, freqüentemente, reconhecida pelos norte-americanos que cunharam o termo, ela é, como veremos, patente. Uma recente história ambiental tem hoje nascido de uma crítica à geografia tradicional, que marcou em seu sistema interpretativo uma clivagem estática entre os domínios do homem e aqueles do chamado mundo físico: o dos eventos geológicos, fitogeográficos e climáticos.

Um historiador ambiental, em contrário, deve analisar a inter-relação de fatores vários como a paisagem, a tecnologia, a economia, a organização social e política, as representações simbólicas, etc. As paisagens, por exemplo, podem ser estudadas e comparadas em diferentes momentos para a avaliação de suas modificações pela ação humana ou por elementos naturais independentes dela.

A capacidade do homem de intervir nos ambientes naturais foi se desenvolvendo de maneira gradativa e cumulativa até se alcançar a intensa capacidade de inferir transformações significativas, comprometendo a estabilidade dos sistemas ambientais, devido, principalmente, ao progresso econômico que tem sido potencializado pelo desenvolvimento científico e tecnológico (DIAS, 2006).

A partir de alguns princípios difundidos pelo pensamento ecológico, passou-se a discutir as questões socioambientais sob uma nova perspectiva. Os principais problemas de nossa época não poderiam mais ser entendidos isoladamente; alguns dos mais iminentes cientistas do século XX passaram a tentar compreendê-los a partir de uma nova racionalidade, uma lógica sistêmica: os problemas socioambientais estão interligados e são interdependentes. Compreendeu-se, por exemplo, que ao ampliar e acelerar a exploração dos recursos naturais, a humanidade tornou-se a principal responsável pela desestabilização dos ambientes ecossistêmicos, provocando riscos potenciais de destruição da vida em seu conjunto.

Tomando a ecologia como referência e modelo, criticando a então dita supremacia da Física que perdurou até a segunda metade do século passado, Capra (2001) corrobora com a concepção de que não podemos mais procurar compreender a realidade a partir do modelo mental herdado do reducionismo e do cartesianismo que predomina há séculos como fonte de verdades e de saberes hegemônicos. Pensadores sistêmicos vão buscar nos ecossistemas, que funcionam sob a lógica da sustentabilidade,

valiosos exemplos para aplicarmos à vida em sociedade. Segundo os estudiosos dos sistemas, é nos ecossistemas que podemos extrair profundas lições de comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos. Ciência da integração e das inter-relações que mantém um equilíbrio entre os seres todos que tecem a intrincada e complexa teia da vida.

Não obstante as lições que a ecologia tem nos oferecido, estudos em diversas áreas do conhecimento têm concluído que tanto nos ambientes continentais como oceânicos a presença do homem no planeta foi se definindo, quase sempre, pela intervenção predatória, ignorante (em termos ecológicos) e voltada, salvo algumas exceções, para o controle dos recursos naturais tendo em vista a predominância de poder de determinados grupos, fundamentados numa concepção de mundo racionalista e economicista edificada a partir da segunda metade do século XVIII, mas ainda hegemônica. Ainda não há da parte da sociedade moderna um reconhecimento pelo valor intrínseco da natureza, manifestada nas mais diferentes formas de vida e em suas conexões e interdependências, menos ainda um sentimento ético ou espiritual no tocante ao reconhecimento da necessidade de se estabelecer uma relação menos conflituosa entre sociedade e natureza.

O fato é que a maneira como tem se processado a interferência humana, principalmente depois do advento da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, degradando os ecossistemas e comprometendo sua estabilidade ecológica, têm sido decisiva para colocar em estado de vulnerabilidade ou em risco de extinção, nas mais diversas regiões do planeta, milhares de espécies animais e vegetais. Alguns estudos de história ambiental, cuja característica mais importante talvez seja o diálogo com as ciências naturais, apresentam dados que corroboram essa afirmação:

“Durante os últimos 10.000 mil anos, as atividades humanas causaram mudanças importantes nos ecossistemas mundiais. A expansão universal das colonizações e a criação de campos para pastos e para a agricultura, o desmatamento contínuo das florestas e de outras regiões silvestres e a drenagem dos pântanos reduziram continuamente os habitats de quase todas as espécies de animais e plantas. A caça deliberada de animais para a alimentação, por suas peles e outros produtos (e em muitos casos, só pelo „esporte“) e a coleta de plantas reduziram drasticamente o número de muitas espécies”. (PONTING, 1995, p. 265)

Por motivos variados, através de atividades diversas e em momentos históricos distintos, a humanidade passou a modificar intensamente o ambiente natural, moldando-

o às suas necessidades e interesses, notadamente de caráter econômico. A ocupação e a exploração de praticamente todas as áreas do planeta, mesmo as mais inóspitas, tornou-se possível em função dos aparatos científicos e tecnológicos colocados a serviço do homem. Os impactos negativos sobre o meio ambiente, antes localizados e de dimensões regionais, passaram a crescer ao longo do tempo alcançando os mais distantes rincões do planeta e comprometendo a estabilidade dos ecossistemas.

Numa civilização marcada pela industrialização e urbanização intensivas, a tendência humana de alterar significativamente os ambientes naturais também pode ser observada, embora mais recentemente, na ocupação desordenada do solo, na emissão intensa de poluentes no ar atmosférico e na grande contaminação e degradação difusa das águas dos lagos, rios e mares (DREW, 2005). Acrescente-se ainda ao que se convencionou chamar de “crise sócioambiental”, o problema da explosão demográfica, da urbanização intensa e desordenada, da demanda crescente por matérias-primas e da descoberta de novas fontes de energia, que, catalisadas pelos avanços científicos e tecnológicos, aceleraram os impactos sobre os recursos naturais disponíveis no planeta.

A ciência clássica, que prosperou amparada no racionalismo, na compartimentação e na especialização do conhecimento, embora tenha proporcionado avanços técnico-científicos extraordinários nas mais diversas áreas do conhecimento, não tem sido capaz de apresentar soluções para alguns dos problemas mais graves do mundo contemporâneo, especialmente por não possuir arcabouço teórico-metodológico capaz de compreendê-los em suas interações, interdependências e complexidades

A este respeito, Leff (2006) considera que a problemática ambiental, surgida no final do século passado pode ser identificada como a crise da própria racionalidade econômica e tecnológica. As mudanças globais introduziram complexidades que ultrapassam a nossa capacidade de compreensão e explicação dos fenômenos a partir de paradigmas estabelecidos. E, neste sentido, o desafio que se mostra imperativo é o da desconstrução do discurso da racionalidade econômica e a construção de uma racionalidade ambiental. E neste sentido, a análise sistêmica e o pensamento holístico, como estratégia epistemológica, assumem um papel importante nesse processo. Assim como a prática interdisciplinar na orientação desse novo conhecimento que deve ser construído.

Em nome do progresso e do desenvolvimento do mundo Ocidental, vários problemas foram se originando e outros se intensificando a partir das tentativas do homem de explorar a natureza e constituir um modelo civilizatório único: poluição atmosférica, violência urbana, perda de biodiversidade, exploração desordenada dos recursos

naturais, interferênciantrópica nos ecossistemas, desaparecimento de povos e culturas tradicionais, aquecimento global, extinção de espécies animais e vegetais, entre outros.

Questões atuais sobre as quais, segundo Morin (1995, p. 97), precisamos nos debruçar para entendê-las com um novo modo de se inserir na realidade; um olhar que possa dar conta de uma complexidade que é inerente à própria dinâmica da realidade que está em constante mudança; a humanidade necessita de uma nova racionalidade para lidar com as novas questões que o mundo hoje nos impõe:

“Precisamos abandonar os dois mitos maiores do Ocidente moderno: a conquista da natureza-objeto pelo homem sujeito do universo, o falso infinito para o qual se lançavam o crescimento industrial, o desenvolvimento, o progresso. Precisamos abandonar as racionalidades parciais e fechadas, as racionalidades abstratas e delirantes que consideram como irracional toda crítica racional dirigida a ela”. (MORIN, 1995, p.97)

Um dos graves problemas ambientais vivenciado pela sociedade contemporânea diz respeito à intervenção humana nos ecossistemas marinhos, intensificada por ações que se materializam por meio da poluição das águas, pela pesca e pela caça intensiva e predatória para fins comerciais e industriais. Essas ações antrópicas, somadas a muitas outras, como por exemplo, os desastres provocados com imensos vazamentos de navios petroleiros, têm contribuído para comprometer a estabilidade ecológica desses ecossistemas e, por conseguinte, acelerar a destruição de várias formas de vida ali presentes. O que pode comprometer a estabilidade dos grandes sistemas ambientais.

Pesquisas recentes sobre a interferência atual do homem nos ecossistemas do mundo inteiro apresentam números preocupantes quanto ao desaparecimento de plantas e animais, quanto à perda de biodiversidade em ritmo intenso e em praticamente todo o planeta. Esses números são impressionantes pelo seu crescimento, principalmente quando nos reportamos aos últimos cinquenta anos da nossa história recente:

“Entre 1600 e 1900, uma espécie animal foi extinta a cada quatro anos, na década de 1970, esse nível cresceu para aproximadamente 1.000 por ano. Atualmente, cerca de 25.000 espécies de plantas, 1000 espécies de pássaros (10 por cento do total mundial) e mais 700 espécies de animais (incluindo particularmente os mais vulneráveis, como o tigre, o jaguar, o leopardo, o puma, a cheeta, a jaguaritica, vinte e três tipos de baleias¹, quatro tipos de rinoceronte, dez de ursos e dois de panda, o gorila das montanhas e o elefante africano) estão próximos da extinção”. (PONTING, 1995, p. 315)

Assim, com a justificativa de que é para promover o desenvolvimento e o progresso da humanidade, grupos econômicos vêm intensificando em todo o planeta a exploração dos recursos naturais com fortes efeitos sobre o desaparecimento de várias espécies da fauna e da flora terrestres e marinhas. Nos mares, por exemplo, se verifica um ataque intenso e inescrupuloso contra as baleias que, embora controlada a caça no final do século passado, há registros da atividade predatória sobre esses animais pelo menos desde 1600 a.C (TONNESSEN & JOHSEN, 1982).

No caso específico dos cetáceos, únicos mamíferos marinhos, é atribuído ao homem o ataque mais prolongado que já foi feito a uma única espécie animal. Por vários séculos, do Mar Mediterrâneo ao Pacífico, da Antártica ao Atlântico Sul, dezenas de espécies de baleias foram caçadas pelos mais diferentes motivos e para atender as necessidades dos mais diferentes povos. Isso significou praticamente o extermínio de algumas espécies de baleias numa dimensão e numa velocidade sem comparativos em toda a história da relação homem e natureza.

A inserção da atividade baleeira na economia mundial ainda não cessou. Países como o Japão, Islândia e Noruega continuam, mesmo sob olhar crítico da comunidade internacional, a caçar baleias na região da Antártica para fins comerciais e industriais, embora sob alegação e a justificativa de caça para fins científicos. No Brasil, esta atividade foi encerrada depois de trezentos e oitenta e quatro anos de existência. O Governo brasileiro proibiu definitivamente esse tipo de atividade em águas jurisdicionais brasileiras através da Lei 7.683 no ano de 1987, durante o mandato do presidente José Sarney. Essa medida motivou questionamentos e abriu debates a nível local e nacional em razão de eventuais prejuízos que o fim da atividade baleeira traria para a economia de Lucena e para a sobrevivência da comunidade tradicional do município, que vivia dessa atividade econômica desde 1911.

Ambientalistas, Trabalhadores e Empresários da Indústria Baleeira de Lucena – PB: recuperando história

Por quase oito décadas, de 1911 a 1987, se estruturou e se desenvolveu no litoral norte da Paraíba, mais particularmente na praia de Costinha², município de Lucena, distante 45 km de João Pessoa. Como resultado da exploração dos cetáceos que eram caçados sazonalmente (cerca de seis meses no ano) organizou-se toda uma cadeia

produtiva a partir do processamento, industrialização e comercialização de derivados como o óleo, que era extraído das expensas camadas de gordura do animal; das barbatanas, que eram exportadas para a França e usadas regionalmente no artesanato local; dos ossos triturados, dos quais se faziam adubo agrícola e ração animal; além da venda de carne *in natura*, onde as partes consideradas “nobres” eram destinadas à exportação para o Japão e a de “segunda” destinada ao comércio local e regional.

2 Atribui-se às condições geográficas e marítimas favoráveis e a inexistência de núcleos habitacionais na região, no início do século passado, a escolha de Costinha para a instalação da estação baleeira na Paraíba em 1911.

Segundo Cavalcante Filho e Rabay (2010, p. 64) foi delegada à Companhia de Pesca Norte do Brasil - COPESBRA - o direito à concessão da exploração baleeira no litoral da Paraíba. Empresa de grande porte que a partir de 1957 passou a integrar-se ao capital da empresa japonesa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, que já tinha uma experiência na exploração da pesca do atum no Estado de Pernambuco.

Por décadas, mas principalmente a partir de fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a permanência da exploração desse recurso natural no litoral paraibano foi objeto de matérias jornalísticas, artigos acadêmicos, reportagens de revistas e de questionamento de grupos e entidades ligadas às questões ambientais. Entidades preservacionistas deflagraram, principalmente através dos meios de comunicação, uma intensa campanha contra a atividade baleeira na Paraíba. Na vanguarda desse movimento estava a Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN), fundada em 1978 e que tinha como uma de suas metas sensibilizar a população paraibana à causa conservacionista e assim pressionar o governo brasileiro para aprovar uma legislação que proibisse definitivamente a atividade baleeira nos mares do Brasil.

Dentre os vários argumentos utilizados pelos ambientalistas contra a caça à baleia na Paraíba, estava uma crítica ao fato de que esse recurso natural explorado no litoral paraibano servia ao atendimento de interesses estrangeiros, principalmente de japoneses, que importavam os chamados “cortes especiais” para revenda (a preços elevados) no mercado daquele país e que a caça poderia levar, assim como ocorreu com outras espécies, a extinção da baleia Minke. Ambientalistas reivindicavam estudos científicos que comprovadamente demonstrassem a viabilidade (e a racionalidade) da exploração sem comprometer a perpetuação da espécie.

Intelectuais engajados³ nas questões ambientais da época também levantavam questionamentos e publicavam trabalhos acerca dos problemas socioambientais que envolviam a atividade baleeira, como a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores lucenenses, submetidos a várias horas de serviços no mar e no processamento dos derivados em troca de remunerações diárias consideradas “relativamente baixas”. Inclusive haviam denúncias sobre desníveis salariais entre brasileiros e japoneses na mesma função. Em entrevista publicada pelo jornal Correio da Paraíba em 03 de janeiro de 1986, o professor e geógrafo da Universidade Federal da Paraíba, Moacyr Madruga, afirmou que os trabalhadores da COPESBRA trabalhavam, dependendo da demanda pelos produtos baleeiros, entre 16 e 18 horas por dia de trabalho.

Defendendo a manutenção da caça comercial encontravam-se alguns empresários e representantes sindicais ligados à atividade baleeira, alguns parlamentares paraibanos e as famílias dos trabalhadores de Lucena, que dependiam direto ou indiretamente dessa atividade para sobrevivência. O principal argumento utilizado em favor da manutenção da caça à baleia em Lucena era que se a atividade viesse mesmo a ser desativada - como queriam ambientalistas, alguns professores e simpatizantes da causa - centenas de famílias iriam sofrer as consequências do desemprego, da fome e da miséria. Além do que, o município e o estado da Paraíba iriam perder somas consideráveis em impostos (principalmente em divisas de exportação, ICMS e contribuição previdenciária) que eram gerados pela atividade baleeira:

“A pesca da baleia proporcionará, este ano, à Paraíba e ao Nordeste: 820 toneladas de óleo de baleia para indústria nacional; 1.263 toneladas de carne para consumo interno; 905 toneladas de carne congelada; 440 toneladas de farinhas orgânicas; 410 empregos diretos e 3.000 indiretos; Cr\$ 65 milhões em divisas; Cr\$ 75 milhões em salários; Cr\$ 27 milhões em ICM; Cr\$ 13 milhões em contribuições previdenciárias. Deixando de pescar nada disso existirá. Copesbra⁴”.

Realizando uma leitura em jornais da época, tem-se o entendimento preliminar que representantes de outros segmentos sociais como professores universitários, ambientalistas e alguns parlamentares favoráveis ao fim da atividade baleeira, sugerem em seus depoimentos uma tendência a minimizar os números e a importância econômica da atividade desenvolvida pela COPESBRA para a economia local.

Envolvida, portanto, em constantes polêmicas, a caça à baleia no litoral paraibano suscitou debates instigantes em matérias jornalísticas, em relatórios e artigos científicos, principalmente a partir do início da década de 1980, período de grande efervescência ecológica, quando houve uma grande mobilização no país em defesa de algumas das espécies de cetáceos ameaçadas de extinção. A Paraíba não ficou incólume ao debate nacional e internacional e nem deixou de produzir artigos, matérias jornalísticas e trabalhos científicos sobre a problemática social e ambiental em debate. A notícia da moratória em 1986, por exemplo, decretada pela International Whaling Commission (Comissão Baleeira Internacional), suspendendo por cinco anos a caça aos cetáceos em todos os mares, foi recebida no Estado como vitória para uns e derrota para outros. Os jornais da época, por exemplo, procuraram manifestar, através de várias reportagens, estes sentimentos contraditórios que tomavam de impulso a opinião pública paraibana.

Em 1987, um ano depois de decretada a Moratória, veio o fim definitivo da atividade baleeira e com ele as promessas de projetos governamentais que poderiam contribuir para que as perdas advindas com a desativação da economia baleeira pudessem ser compensadas e a população de Lucena pudesse ter alternativas de trabalho e renda.

Dezenas de matérias em revistas de circulação nacional e, principalmente, os jornais da capital paraibana da época trazem interessante e rico acervo de como essas questões envolvendo a atividade baleeira eram discutidas a nível local e nacional. Inúmeras entrevistas foram divulgadas pelos jornais da época, alimentando o debate entre aqueles que queriam a manutenção da caça às baleias e àqueles contrários à atividade no país.

Diversas matérias jornalísticas da época oferecem indícios de como o movimento ambientalista na Paraíba nasceu, cresce e amadureceu em torno da luta contra a atividade baleeira. Alguns textos de autoria dos ambientalistas paraibanos (e de empresários e políticos) já sugerem em seu teor influência de ideias e concepções originadas pelo Relatório Brundtland (1987). Termos como “exploração racional dos recursos naturais” e “desenvolvimento sustentável”, já estavam em construção, mesmo implicitamente, pelos meios de comunicação de massa no final dos anos de 1980. Matérias jornalísticas, artigos e depoimentos da época felizmente podem ser resgatados, analisados e contextualizados considerando o momento histórico de surgimento de um discurso ambiental, já subjacente no período, que foi aos poucos se formando e tomando corpo no seio da sociedade brasileira. Neste sentido, nos dois dos principais jornais de São Paulo que abraçaram a causa da proteção às baleias - Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo - é possível identificar referências a esses termos.

Quanto aos estudos acadêmicos sobre a atividade baleeira na Paraíba, estes foram feitos tendo por base, principalmente, as informações biológicas dos animais capturados fornecidas pela COPESBRA entre os anos de 1970 e 1980. As pesquisas voltam-se mais às questões de natureza anatômica, biológica e fisiológica dos animais mortos. Ou seja, mais sobre as baleias do que sobre a atividade baleeira em si. Algumas pesquisas desenvolvidas sobre as baleias na Paraíba foram feitas por PAIVA & GRANGEIRO, 1965 e 1970; MOURA, 1974; WILLIAMSON, 1975; MOURA et al. 1978, SCAICO, 1978, DA ROCHA, 1980a, 1980b, 1983; SAMPAIO 1984, SINGARAJAH, 1984 e 1985, LUCENA, 1999 e 2006, TOLEDO, 2009, CAVALCANTE FILHO e RABAY, 2010.

Embora se reconheça a enorme importância desses trabalhos para o enriquecimento da bibliografia sobre o tema, os mesmos não produziram conhecimentos novos sobre a história e a memória da comunidade de Costinha nos tempos da caça à baleia. Não recuperaram de homens e mulheres seus dramas, alegrias e angústias num período marcado pelas incertezas que o fim da atividade baleeira trazia. Não foram analisadas as alternativas de sobrevivência, de trabalho e de renda encontradas por essa mesma comunidade após a desativação da atividade baleeira. Nas palavras de Montenegro (2010, p. 31): “a partir do estudo das relações, das práticas, dos fios, das ligações, que são associados a acontecimentos, é que podemos construir formas de entendimento histórico”.

Passados vinte e cinco anos do fim da atividade baleeira, as pesquisas já desenvolvidas não contemplam as estratégias de sobrevivência, as lutas e os mecanismos de resistência construídos por essa mesma comunidade nos anos posteriores ao encerramento da atividade baleeira. Da mesma forma, a literatura sobre a caça da baleia na Paraíba possui uma lacuna quanto aos temas relacionados às memórias, histórias de vida, percepções e discursos de ambientalistas, ex-trabalhadores baleeiros, empresários, professores que atuaram como protagonistas na polêmica que envolveu o fim da principal atividade econômica do litoral norte paraibano: a pesca da baleia.

METODOLOGIA

1ª Etapa: Pesquisa Exploratória

A compreensão de que uma parte da história da exploração dos recursos naturais na Paraíba, tendo a atividade baleeira como elemento central da pesquisa, era possível de ser recuperada, motivou à realização de encontros com pessoas e visitas às entidades ligadas ao objeto de estudo. A intenção com a pesquisa exploratória (MATTAR, 1999) era sentir, mesmo preliminarmente, quais poderiam ser os limites e as possibilidades para o desenvolvimento da pesquisa sobre a atividade baleeira, sem desconsiderar o fato de possíveis (e necessárias) alterações futuras no projeto original.

Para atender aos objetivos da investigação exploratória, definiu-se como finalidade: conhecer aspectos gerais da realidade econômica, social e ambiental do município de Lucena, identificar motivações, demandas e expectativas da comunidade constituinte da pesquisa para a preparação do roteiro das entrevistas e identificar problemas socioambientais em Costinha. Além de levantar documentos, fotografias e informações que possibilitassem delinear com mais precisão o problema, os sujeitos e os procedimentos de pesquisa, assim como identificar tendências e formular hipóteses para o trabalho pretendido.

Também se estabeleceram os primeiros diálogos com alguns ambientalistas da APAN, pesquisadores da temática ligados à Universidade Federal da Paraíba e com alguns ex-trabalhadores da COPESBRA, ainda residentes em Lucena. Foram feitas ainda as primeiras visitas a algumas indústrias sediadas no município, a exemplo da Coco Lucena – Lucena Indústria e Comércio de Cocos Ltda e Agrícola Vale do Mangereba Ltda (antiga Maguari), além da antiga Sede da COPESBRA, onde foi possível fazer registros fotográficos e atestar o abandono de equipamentos e maquinários da época da caça à baleia ainda ali presentes.

2ª Etapa: Levantamento de Dados históricos, sociais, econômicos e ambientais da atividade baleeira no Brasil e na Paraíba.

Pesquisa Documental e Bibliográfica

A segunda etapa da investigação (em andamento) consiste de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a atividade baleeira no Brasil e na Paraíba.

Estão sendo realizadas pesquisas documentais e bibliográficas⁵ na Associação Paraibana de Amigos da Natureza (APAN), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR/UFPB), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), em João Pessoa; na Colônia de Pescadores de Costinha e na Associação de Apoio ao Trabalho Cultural, Histórico e Ambiental de Lucena. Os

documentos analisados têm proporcionado estudos sobre a atividade baleeira no litoral norte da Paraíba e seu fim no ano de 1987, com ênfase nos efeitos sociais, econômicos e ambientais sobre o município de Lucena com reflexos sobre o Estado da Paraíba. A pesquisa bibliográfica, de natureza indisciplinar, tem exigido ainda estudos de História Ambiental, História Oral e Memória, Ecologia e Economia. Também vem sendo estabelecidos diálogos com áreas do conhecimento ligadas à Gestão Ambiental, Teoria Sistêmica e Sociologia, fato que tem possibilitado contemplar a pesquisa em sua abrangência e complexidade.

3ª Etapa – História, Oralidade e Memória: A caça à baleia em Lucena através de testemunhos da população remanescente.

Trabalho de Campo/Entrevistas Temáticas

Serão realizadas entrevistas com os ex-trabalhadores da Copesbra residentes na praia de Costinha, ambientalistas ligados a APAN e empresários com estabelecimentos em Lucena. O objetivo é obter informações, versões e interpretações acerca da atividade baleeira e da decretação de sua desativação pelo então presidente José Sarney. Pretende-se com os depoimentos obtidos por meio de procedimentos metodológicos da história oral (Delgado: 2006) redescobrir e recontar a história da caça à baleia sob a ótica da comunidade baleeira remanescente de Lucena.

A amostra a ser utilizada será do tipo não probabilística intencional (Berquó, 1981), tendo-se em vista sua melhor adequação ao tipo de trabalho proposto, visto que os estudiosos da área concebem-na como um tipo especial de amostra que pode ser retirada de um universo mediante processo seletivo deliberado, ou seja, as unidades que compõem o corpo amostral são escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender seus objetivos e metas de trabalho.

Como a preocupação será colher depoimentos de pessoas residentes em Lucena e João Pessoa, que trabalharam direto ou indiretamente na atividade baleeira, vinculadas à COPESTRABRA, os entrevistados serão escolhidos por esse critério. Não haverá uma preocupação com o tamanho da amostra e sua representatividade frente ao conjunto da população local, uma vez que, na análise dos depoimentos, não se intenta generalizar os resultados das análises para o conjunto da população municipal. Pois, como afirma Delgado (2006, p. 18) “uma característica fundamental da metodologia qualitativa (a história oral se inscreve nesse contexto) é sua singularidade e a não-compatibilidade com generalizações”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMEAÇAS no Mar, Nas mãos da Marinha o destino das baleias, **Veja**, 29 de maio de 1985, Ambiente.

ANDRADA E SILVA, José bonifácio de, 1763-1838. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, Org. Jorge Caldeira, São Paulo, Editora 34, 2002.

ATO reivindica fim da caça à baleia Minke, **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de agosto de 1985.

BALEIA. **Jornal o Norte**. João Pessoa. 25 dez 1980, p 5.

BALEIAS: continuação da pesca sem confirmação. **Correio da Paraíba**. João Pessoa. 27 dez 1980.

BALEIAS: pesca continua por tempo indeterminado. **Correio da Paraíba**. João Pessoa. 30 dez 1980. 19

- BERQUÓ, E. S.; SOUZA, José Maria Pacheco de; GLOTLIEB, Sabina Lea. **Bioestatística**. São Paulo: EPU, 1981.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida – Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Cultrix, 2001.
- CASTELLUCCI, Wellington. **Pescadores e Roceiros - Escravos e Forros na ilha de Itaparica. Bahia, 1860-1888**. São Paulo, Annablume, 2008.
- CAVALCANTE FILHO, Antônio e RABAY, Guilherme Campelo. **Baleias: fatos e mitos**. João Pessoa, ideia, 2010.
- COPESBRA considera inconstitucional projeto que veta a pesca da baleia, **O Norte** João Pessoa, 06 de setembro, de 1985.
- CRIANÇAS apelam a Sarney e conseguem a lei que proíbe a matança de baleias no Brasil. **O Momento**, João Pessoa, 22 a 28 de dezembro de 1985, pag. 9.
- DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo – A História e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Trad. Cid Knipel Moreira, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- DEPUTADOS aprovam projeto que proíbe a caça às baleias, **O Norte**, João Pessoa, 05 de setembro de 1985 – nº 119 – ano 77.
- DEPUTADO quer proibição urgente de pesca da baleia. **O Globo**. Rio de Janeiro. 21 de mar. 1980.
- DIAS, Camila Baptista. **A Pesca da Baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores no Rio de Janeiro do século XVII**. 139f. Dissertação de Mestrado. UFF, 2010.
- DIAS, R. **Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991.
- DUARTE, E. N., NEVES, D. A. B., SANTOS, Bernadete de L. O. **Manual Técnico para Realização de Trabalhos Monográficos – Dissertações e Teses**. 4ª Ed., João Pessoa, Editora da UFPB, 2001.
- ELLIS, Myriam. **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp/Melhoramentos, 1969.
- KISHIWADA, H. (2007) **A pesca da baleia no Brasil**. Nichirei Corporation, 28p.
- KLUEGER, Urda Alice. **As armações de baleia**. Diário Catarinense, Florianópolis, 17 maio 2004. Variedades, p.8.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Trad. Sandra Valenzuela; 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2006.

LISBOA, Luiz Carlos. Baleia, um símbolo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 9 de jun 1980. Jornal da Tarde, p 4.

LOVELOCK, James. **Gaia: cura para um planeta doente**. São Paulo, Cultrix, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória – a cultura popular revisitada**. 6ª Ed. São Paulo, Contexto, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo, Contexto, 2010.

MORIN, Edgar. **Para além da globalização e do desenvolvimento: sociedade mundo ou império mundo?** CARVALHO, Edgard de Assis; Mendonça, Terezinha. Ensaio de complexidade 2. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. **Especial Baleias – Na mira do arpão. Perigosa mas lucrativa, a caça às baleias movimentou a economia com o comércio de óleo, carne e ossos do animal**. REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2598>, Acesso em 05 de março de 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição – Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

PESCA da baleia vai recomeçar. **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 17 de jun 1980. Do correspondente em João Pessoa. p 17.

PROTESTO contra a pesca da baleia no SBPC, Professor alerta que Brasil pode sofrer sanções econômicas da CIB, **Correio da Paraíba**, 16 de julho de 1985, economia.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

QUEIROZ, Dinah Silveira de. O inimigo das baleias “morto” pela segunda vez. **Correio Braziliense**. Brasília. 9 de mar. 1980.